

A GESTÃO ESCOLAR E OS PROCESSOS DE REGULAÇÃO DA ESCOLA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Jailton Gomes Costa ¹

Resumo

Este artigo apresenta os resultados de uma revisão sistemática sobre os impactos da regulação na educação básica, com ênfase nas políticas implementadas no Estado de São Paulo. Nas últimas décadas, observa-se o fortalecimento de uma lógica gerencial e performativa, marcada pela intensificação do uso de plataformas digitais, metas e avaliações externas, como o SARESP e o SAEB. Esses dispositivos sustentados por uma racionalidade técnica e burocrática, têm promovido uma regulação do trabalho pedagógico a partir de métricas quantitativas, frequentemente desconsiderando os contextos locais e as dimensões formativas da escola. O estudo evidencia que a avaliação, nesse cenário, tem operado como instrumento de controle, transferindo a responsabilidade pelos baixos resultados escolares para os profissionais, especialmente os diretores. A revisão sistemática, que abrange produções acadêmicas dos últimos quinze anos, destaca os impactos dessa regulação desmedida na autonomia docente e no esvaziamento do sentido pedagógico da escola. O texto organiza-se em quatro seções: referencial teórico, metodologia, análise dos estudos selecionados e considerações finais. Conclui-se que a regulação educacional moldada por interesses externos e lógicas de mercado, compromete a função social da escola pública, subordinando a qualidade educacional à busca por resultados numéricos.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Regulação; Educação Básica.

SCHOOL MANAGEMENT AND SCHOOL REGULATION PROCESSES: A SYSTEMATIC REVIEW IN THE SCOPE OF BASIC EDUCATION

Abstract

This article presents the results of a systematic review of the impacts of regulation on basic education, with an emphasis on the policies implemented in the state of São Paulo. The last few decades have seen the strengthening of a managerial and performative logic, marked by the intensification of the use of digital platforms, targets and external assessments, such as SARESP and SAEB. These devices, supported by a technical and bureaucratic rationality, have

¹Mestrando em Formação de Gestores Educacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Formação de Gestores Educacionais da Universidade Cidade de São Paulo (UNICID). São Paulo, Brasil. Diretor de Escola de Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio. Integrante do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas Educacionais Desdobramentos na Gestão de Unidades Escolares. São Paulo, SP, Brasil. E-mail: jailton.costa980@cs.cruzeirosul.edu.br



promoted the regulation of pedagogical work based on quantitative metrics, often disregarding local contexts and the formative dimensions of the school. The study shows that evaluation in this scenario has operated as an instrument of control, transferring responsibility for low school results to professionals, especially principals. The systematic review, which covers academic productions from the last fifteen years, highlights the impacts of this excessive regulation on teacher autonomy and the emptying of the school's pedagogical meaning. The text is organized into four sections: theoretical framework, methodology, analysis of the selected studies and final considerations. It concludes that educational regulation, shaped by external interests and market logic, compromises the social function of public schools, subordinating educational quality to the search for numerical results.

Keywords: Public Policies; Regulation; Basic Education.

GESTIÓN ESCOLAR Y PROCESOS DE REGULACIÓN ESCOLAR: UNA REVISIÓN SISTEMÁTICA EN EL CONTEXTO DE LA EDUCACIÓN BÁSICA

Resumen

Este artículo presenta los resultados de una revisión sistemática sobre los impactos de la regulación en la educación básica, con énfasis en las políticas implementadas en el estado de São Paulo en las últimas décadas. La revisión observa el fortalecimiento de una lógica gerencial y performativa, marcada por el uso intensivo de plataformas digitales, metas y evaluaciones externas como SAEB, SARESP, IDEB e IDESP. Estas herramientas, sustentadas en una racionalidad técnica y burocrática, han promovido la regulación del trabajo pedagógico con base en métricas cuantitativas, ignorando con frecuencia los contextos locales y las dimensiones formativas de la escuela. El estudio muestra que la evaluación institucional, en este escenario, ha operado como un instrumento de control, transfiriendo la responsabilidad de los bajos resultados escolares a los profesionales, especialmente a los directores. La revisión sistemática, que abarca la producción académica de los últimos quince años, destaca los impactos de esta regulación excesiva en la autonomía docente y el vaciamiento del significado pedagógico de la escuela. El artículo se organiza en cuatro secciones: marco teórico, metodología, análisis de estudios seleccionados y consideraciones finales. Se concluye que la regulación educativa, condicionada por intereses externos y lógicas de mercado, compromete la función social de la escuela pública, subordinando la calidad educativa a la búsqueda de resultados numéricos.

Palabras clave: Políticas públicas; Regulación; Educación básica.



1. Introdução

Nos últimos anos, a educação pública no Estado de São Paulo vem passando por mudanças que intensificam o gerencialismo e enfatizam a performatividade, pautados pelo fortalecimento do controle do poder público por meio do uso de plataformas digitais, imposição de metas e pelo foco nos resultados obtidos nas avaliações externas, como o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP) e Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Os dados dessas avaliações são utilizados tanto para a composição do Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP) quanto para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

A intensificação dessa lógica da regulação, sustentada por políticas públicas que associam desempenho escolar à ideia de qualidade, tem imposto para a escola metas, prazos rigorosos e o uso constante de plataformas digitais de monitoramento da rotina escolar. Esses sistemas coletam informações sobre frequência dos estudantes, a presença do professor na escola e suas participações nas formações, acessos às plataformas de aprendizagens e os resultados da Prova Paulista, baseado em métricas quantitativas. Tal modelo de regulação, baseado em uma lógica burocrática e tecnicista, tem gerado impactos negativos no trabalho pedagógico sobretudo pela sobrecarga de tarefas atribuídas às equipes escolares (gestores e professores), em detrimento das ações formativas e do monitoramento qualificado.

Neste contexto, é relevante salientar que as aprendizagens dos estudantes que deveriam ser o foco do trabalho pedagógico da escola, acabam sendo relegadas em função da utilização intensa de plataformas digitais como Alura, Matific, Tarefas SP, Leia SP, Redação Paulista, Centro de Mídias do Estado de São Paulo e Sala do Futuro, além da utilização do material digital (slides) criado pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo (SEDUC-SP). Esse conjunto de recursos, ao invés de fortalecer e potencializar a prática docente, tem, em muitos casos, limitado a autonomia pedagógica do docente.

Para Coelho (2008), a ineficiência do sistema escolar, bem como as novas exigências de qualificação e formação profissional, aliadas à reestruturação do Estado brasileiro, foram os alicerces da implantação das avaliações externas no Brasil. Ainda segundo o autor, à medida que o Estado deixa de atuar como provedor direto de serviços públicos e passa a assumir a função de regulador, as recomendações de agências internacionais, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, passam a influenciar fortemente as políticas educacionais. Nesta perspectiva, o sistema escolar vem se aproximando da lógica de mercado, na qual a escola é comparada a uma empresa, ou seja, uma unidade produtiva da sociedade que desconsidera como prioridades a dimensão pedagógica e os processos relacionais em função do atingimento de metas e indicadores de desempenho.

O Estado regulador, que tem como horizonte a adoção de modelos voltados para os resultados, está transferindo a responsabilidade pelo fracasso escolar para os profissionais da escola, com maior ênfase para o diretor escolar. A avaliação institucional, nesse contexto, deixa de ser compreendida como um instrumento reflexivo e formativo, e passa a operar como uma política de controle, reconhecendo, com isso a face perversa da política de regulação.

Nesse sentido, quando não se atinge os resultados esperados, as punições recaem sobre a direção escolar, desconsiderando-se as dificuldades locais e os contextos diversos. O que se observa, portanto, é um modelo que enfraquece a autonomia da escola e transforma a avaliação institucional em um conjunto de ações de controle, e não em um caminho para orientar as tomadas de decisões.

Azevedo (2007) e Lima (2008), também reafirmam e alertam para o fato de que esse tipo de processo de regulação nada mais é, em essência, uma forma direta de mercantilização da educação. Isso ocorre à medida em que a gestão escolar faz investimentos que vão na contramão da função social da escola pública que deveria manter sua atenção vinculada à promoção da cidadania e à formação crítica, e não simplesmente na busca de resultados imediatos e o cumprimento de metas.

Diante disso, este artigo tem como objetivo apresentar resultados de uma revisão sistemática que investiga as políticas implementadas na educação básica. Dessa forma, é relevante compreender de que maneira essa regulação descomedida afeta o trabalho pedagógico realizado na escola, comprometendo os processos e resultados educacionais, e consequentemente os indicadores de qualidade. Ainda, busca-se investigar a forma como esses processos de regulação, realizados pela administração pública, ocorrem na escola e interferem nos resultados educacionais, oferecendo uma análise que se baseia em uma revisão sistemática de produções de pesquisadores que tratam da temática.

O recorte temporal abrange os últimos quinze anos, e tem como finalidade identificar o que foi produzido recentemente sobre essa temática. A escolha pela revisão sistemática surgiu da necessidade de conhecer e organizar as produções existentes sobre a regulação, especialmente no que se refere ao uso das avaliações externas e dos índices como instrumentos de regulação.

Com base nesse recorte temático, o texto foi organizado em quatro seções. A primeira aborda o referencial teórico sobre as avaliações externas (SAEB e SARESP), os indicadores (IDEB e IDESP), desde o surgimento até os seus impactos na educação básica. Também são exploradas as normativas que atualmente estão sendo lançadas para a implementação dos processos de regulação impostos às escolas. A segunda trata da metodologia utilizada para obtenção dos dados da revisão sistemática, que explora pesquisas publicadas sobre a regulação de políticas públicas da educação básica. A terceira apresenta as análises e as discussões dos trabalhos acadêmicos selecionados, abrangendo a apresentação dos objetivos, métodos, principais referenciais teóricos e a conclusão de cada pesquisador. Por fim, a última seção retoma os principais

pontos discutidos ao longo do artigo, sistematizando as reflexões construídas a partir da revisão sistemática realizada.

2. Referencial Teórico

A educação brasileira, desde a redemocratização, vem sendo atravessada pela implementação de políticas públicas que visam a garantia da qualidade, e principalmente, aquelas que associam a qualidade ao atingimento de metas/resultados educacionais. Segundo Monteiro (1982) uma política pública é:

[...] um curso de ação (ou inação) conscientemente escolhido e orientado para um determinado fim. Trata-se, do que poderíamos denominar de uma visão objetivista do conceito: existiriam evidências não ambíguas do que vem a ser uma política pública, a partir do grau de decisão racional nela embutido (Monteiro, 1982, p. 12).

Jannuzzi (2001) complementa esse conceito identificando que elas são:

Medidas criadas pelos governos para garantir direitos, assistência ou prestação de serviços à população, com o objetivo de assegurar que os cidadãos tenham acesso aos direitos garantidos pela lei, proporcionando mais saúde, educação, lazer, habitação, mais equidade e qualidade de vida” (Januzzi, 2001, p. 3).

Concordamos com as concepções dos autores, de que as políticas públicas assumem um papel central na garantia do direito à educação, procurando oferecer e garantir condições equitativas de acesso e permanência na escola. Nesse cenário, a educação é compreendida como um direito social que demanda, além do acesso, a oferta de um ensino que atenda a parâmetros mínimos de qualidade, definidos e regulados pelas próprias políticas públicas.

A regulação possui um caráter polissêmico, sendo necessário reconhecer a complexidade do conceito e os diferentes sentidos atribuídos, conforme o enfoque e o momento histórico em que é aplicado, especialmente no que diz respeito à intervenção estatal na oferta e no controle dos serviços educacionais (Barroso, 2005).

Diante dessa compreensão, torna-se evidente que a regulação, ao incidir sobre as políticas educacionais refletem valores que orientam a atuação estatal. Nesse processo, diferentes interesses se sobrepõem, sobretudo quanto as avaliações externas, entendidas aqui como formas de regulação estatal, que passam a ser utilizadas não apenas para promover a qualidade, mas também para atender a demandas econômicas e de racionalização do gasto público. É nesse ponto que a discussão proposta por Afonso (2005) se insere, ao evidenciar que os valores como igualdade, solidariedade, justiça e cidadania se encontram ameaçados diante dos valores do mercado e outras lógicas do setor privado, viabilizadas por uma política presente em certas modalidades de avaliação, como

estratégia de controle de despesas públicas e mudança de cultura do setor público, centrada na eficiência e na produtividade, sob controle do Estado.

O Estado, enquanto responsável pela oferta do ensino público, estabelece mecanismos de regulação para obtenção de resultados. Para tanto, o poder público define metas para educação em âmbito nacional através do SAEB e do IDEB. No âmbito do Estado de São Paulo, essa regulação ocorre através do SARESP e do IDESP, que também têm como foco o monitoramento e a mensuração do desempenho educacional.

Historicamente o SAEB, também denominado de avaliação de larga escala, surgiu em 1990, com o objetivo de avaliar a qualidade da educação básica no Brasil, fornecendo informações que auxiliam na formulação, monitoramento e aprimoramento de políticas públicas na área.

Segundo Becker (2010), as avaliações de larga escala da maneira como são desenvolvidas e realizadas pelo governo brasileiro foram modeladas a partir de um empenho na busca pela qualidade. Para isso, se torna necessário conhecer os “problemas e as deficiências do sistema educacional, destinando-se à orientação das políticas governamentais, nomeadamente, as voltadas à melhoria da qualidade de ensino” (Becker, 2010, p. 3).

Para Nevo (*apud* Oliveira, 2011), as avaliações externas parecem ter sido desenhadas muito mais para produzir informações para os gestores de redes educacionais “do que para ajudar os professores a analisarem os resultados buscando rever seus métodos de ensino e práticas de avaliação” (Oliveira, 2011, p. 137). De acordo com a autora, “as comunicações de resultados das avaliações com foco na escola devem promover uma articulação com o trabalho pedagógico escolar de maneira a aprimorá-lo” (Oliveira, 2011, p. 137).

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o SAEB foi criado para produzir informações sobre o desempenho da educação básica em todo o território nacional, abrangendo as diferentes realidades dos sistemas estaduais e municipais, e entre seus objetivos destacam-se: monitorar a qualidade, equidade e a efetividade do sistema de educação básica; oferecer às administrações públicas de educação informações técnicas e gerenciais que permitam formular a avaliar programas de melhoria da qualidade de ensino (INEP, 2001).

Essa avaliação (SAEB) ocorre a cada dois anos e são gerados dados que permeiam a verificação do desempenho dos alunos, por meio da aplicação de testes de rendimento, além da investigação dos fatores socioeconômicos e contextuais que interferem nas aprendizagens. Sua aplicação é realizada com uma amostra das 27 unidades federativas, abrangendo os ensinos fundamental e médio.

O SARESP também pode ser considerado como uma avaliação externa da Educação Básica, realizado desde 1996 sob a responsabilidade da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE/SP). As informações geradas permitem aos responsáveis pela condução da educação, nas diferentes instâncias, identificar os níveis de aprendizagens dos alunos de cada escola nos anos/séries,

bem como acompanhar a evolução da qualidade da educação ao longo dos anos. De acordo com a SEE/SP (São Paulo, 1996), essa avaliação externa possui grandes similaridades com o SAEB: finalidade diagnóstica, aplicação periódica, foco nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, uso da Teoria de Resposta ao Item (TRI), dentre outras.

O IDEB, criado em 2007 pelo INEP, é um indicador que mede a qualidade da educação em escala nacional. Esse índice é calculado a partir de dois componentes: o fluxo escolar (obtido a partir do Censo Escolar, e indica a porcentagem de alunos que são aprovados em cada etapa da educação básica) e desempenho (as médias de desempenho utilizadas são as da Prova Brasil, para escolas e municípios e do SAEB, para os estados e o país, realizados a cada dois anos). As metas estabelecidas pelo IDEB são diferenciadas para cada escola e rede de ensino, cujo objetivo era de alcançar 6 (seis) pontos até 2022, média correspondente ao sistema educacional dos países desenvolvidos.

O IDESP é um indicador que visa avaliar a qualidade da educação das escolas paulistas, considerando que uma boa escola é aquela que a maioria dos alunos apreende as competências e habilidades requeridas para o ano/série do qual está matriculado, num período de tempo considerado ideal, ou seja, o ano letivo. Para o cálculo é levado em consideração o desempenho dos estudantes no SARESP, ou seja, o quanto os alunos aprenderam, e o fluxo escolar, ou seja, em quanto tempo aprenderam.

Os boletins do IDEB e IDESP trazem as informações de cada escola individualmente e tem o objetivo de apoiar o acompanhamento do trabalho pedagógico e fornecer subsídios aos projetos e ações de recuperação e aprofundamento das escolas. De posse desses boletins, o diretor junto com o coordenador pedagógico, professores, alunos e responsáveis realizam as análises dos respectivos boletins, verificando o cumprimento das metas estabelecidas e o quantitativo de estudantes que se encontram nas proficiências: abaixo do básico, básico, intermediário e avançado. A equipe gestora poderá estabelecer um plano de ação com foco na recomposição das habilidades que estão em defasagens, possibilitando a melhoria do desempenho e da qualidade da sua respectiva escola.

Atualmente o SAEB foi reestruturado. Ele conta com matrizes alinhadas à BNCC e está proposto de forma censitária, ou seja, as provas (Língua Portuguesa e Matemática) são aplicadas para todos os estudantes matriculados no 5º e 9º anos do ensino fundamental e 3ª séries do ensino médio. Já o SARESP, possui a Prova Ouro que se destina aos estudantes do ensino fundamental, e o Provão Paulista para os estudantes do ensino médio. O último é aplicado de forma seriada aos estudantes da 1ª, 2ª e 3ª séries do ensino médio, contemplando as diferentes áreas do conhecimento. Essa avaliação é utilizada como forma de ingresso em faculdades e universidades estaduais.

3. Metodologia



A seguir, apresenta-se os caminhos para a realização da revisão sistemática, que foi baseada no levantamento de artigos publicados em revistas científicas. A princípio, elegeu-se um recorte temporal dos últimos 16 anos e a utilização de dois indexadores, sendo eles: o Scielo Brasil e o Educa da Fundação Carlos Chagas (FCC). As buscas foram realizadas a partir da inserção das palavras-chave: política pública; regulação; educação básica. Para o refinamento dos resultados foram utilizados operadores booleanos, com o objetivo de aprofundar a busca por artigos que contemplassem simultaneamente os temas de políticas públicas, regulação e educação básica. Procurou-se manter o foco nas pesquisas que tinham essas três dimensões de forma articulada.

O primeiro indexador utilizado foi o Educa, que ao colocar “políticas públicas” resultou em 617 trabalhos publicados; utilizando-se como busca “políticas públicas *and* regulação” foram encontrados 12 trabalhos; e, quando inserido “políticas públicas *and* regulação *and* educação básica” foram localizados 4 trabalhos publicados. A exclusão de alguns artigos encontrados no Educa ocorreu devido à falta de proximidade com o objetivo deste artigo, pois ligavam-se à educação superior.

Na sequência, a busca foi realizada no Scielo. A partir do mesmo critério, para “políticas públicas” encontrou-se um total de 7.646 trabalhos publicados; inserindo “políticas públicas *and* regulação” foram encontrados 133 trabalhos publicados; e, quando foram inseridos “políticas públicas *and* regulação *and* educação básica” resultou em 8 trabalhos publicados. Alguns artigos da Scielo foram excluídos por contemplarem pesquisas realizadas em outros países, ou por abordarem segmentos educacionais que não tinham relação com a educação básica.

Ao término chegou-se ao total de 12 artigos, sendo que foram escolhidos apenas 5 artigos. Essa exclusão foi necessária para manter o foco nas pesquisas que indicavam a regulação como objeto de estudo, ou seja, que investigavam as avaliações externas associadas às políticas públicas de educação básica. Ao final foram selecionados 5 artigos que tratam da temática abordada, conforme quadro abaixo:

Quadro 1- Levantamento dos artigos selecionados

ARTIGO	AUTORES	ANO DE PUBLICAÇÃO
Avaliação na Educação Básica entre dois Modelos	Elba Siqueira de Sá Barretto	2001
Qualidade Negociada: Avaliação e Contra-Regulação na Escola	Luiz Carlos de Freitas	2005
Políticas Educacionais e o Estado Avaliador: Uma Relação Conflitante	Silvia Cristina Yannoulas; Camila Rosa Fernandes de Souza; Samuel Gabriel Assis	2009
O IDEB como Política de Regulação do Estado e Legitimação da Qualidade: Em busca de Significados	Andréia Melanda Chirinéa; Carlos da Fonseca Brandão	2015

Mecanismos de Regulação para a Educação no Brasil: Contribuições para o Debate	Andréia Melanda Chirinéa	2017
--	--------------------------	------

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Concluída a apresentação dos caminhos percorridos para a realização da revisão sistemática (seleção e organização do material), os resultados foram submetidos a uma análise qualitativa. A seguir, são apresentados os resultados e discussões, nas quais se destacam as principais tendências e lacunas observadas nas produções selecionadas.

4. Resultados e discussões

Os artigos analisados enfatizam o poder do Estado enquanto responsável pela implementação de políticas públicas que visam assegurar a qualidade da educação básica. Nessa perspectiva a utilização dos resultados gerados pelas avaliações externas como o SAEB e o SARESP, são utilizados como instrumentos de regulação e responsabilização, por meio dos quais o Estado impõe as escolas o cumprimento de metas que são previamente estabelecidas. Tais metas desencadeiam um conjunto de ações orientadas para os resultados, desprezando o processo, incluindo a padronização de conteúdos (estabelecidos por meio das matrizes das provas), plataformas digitais, a aplicação de simulados e estipulando a vinculação do currículo escolar às expectativas das avaliações externas.

Barretto (2001), em "A Avaliação na Educação Básica entre dois Modelos", teve como objetivo aprofundar a análise de alguns modelos de avaliação propostos para o ensino básico. As constatações apresentadas pela autora versaram sobre artigos de periódicos acadêmicos que tratavam sobre a temática no Brasil. Apresentando dois modelos de avaliações, sendo o primeiro que aborda a potencialidade da avaliação emancipadora, e o segundo que expõe a avaliação com uma função reguladora do Estado. A autora constatou que há uma necessidade de repensar, a partir de uma nova ótica, as funções reguladora e emancipadora da avaliação.

Freitas (2005), em "Qualidade Negociada: Avaliação e Contra-Regulação na Escola Pública", teve como objetivo propor a qualidade negociada como uma alternativa de contra-regulação, sendo um apoio ao processo de mudança nas escolas. Enfatiza o conceito de qualidade, que é um produto de um processo de avaliação institucional construído coletivamente, e ancorado no projeto político-pedagógico da escola. O estudo mostrou que as políticas públicas, sejam elas, neoliberais ou participativas terão problemas se não instalarem processos de avaliação negociados que criem compromissos pactuados e incentivem novas formas de organização nas relações internas das escolas.

O artigo de Yannoulas; Souza; Assis (2009), denominado "Políticas Educacionais e Estado Avaliador: Uma Relação Conflitante", os autores apresentam uma pesquisa realizada com o objetivo de dimensionar a utilização do conceito de Estado Avaliador nas produções científicas na Ciência Política, da Educação, do Serviço Social e da Sociologia. Constata-se que há uma relevância

maior na Educação, sendo que, o impacto foi múltiplo e relevante, entretanto, o conceito de Estado Avaliador não estimulou a realização de pesquisa que reúnam evidências desenvolvidas na prática que visam dimensionar e transformar de forma efetiva o papel do Estado em matéria educacional.

Chirinéa; Brandão (2015), em "O IDEB como política de regulação do Estado e legitimação da qualidade: em busca de significados," procuram discutir a qualidade da educação básica, legitimada pela avaliação externa e divulgada pelo IDEB; esse índice combina o desempenho dos alunos e o fluxo escolar, resultando num parâmetro objetivo (nota) que reflete a qualidade da educação brasileira. A partir da reflexão e debate, apontaram a insuficiência de elementos que estabelecem a qualidade da educação a partir da avaliação externa no Brasil, da racionalidade técnica da gestão escolar referenciada primordialmente pelo IDEB e sua governabilidade, para atingir as metas determinadas. Contribuíram para o debate atual sobre o IDEB enquanto propositor e mobilizador de políticas públicas brasileiras.

Chirinéa (2017), em "Mecanismos de Regulação para a Educação no Brasil: Contribuições para o Debate," procura discutir como as avaliações externas subsidiam a regulação da educação pelo Estado brasileiro, evidenciando os mecanismos que subordinam a educação ao mercado, discutindo a concepção de *accountability*. Essa discussão do processo de regulação da educação no Brasil apresenta conceitos de Afonso (2005) e Barroso (2005). Segundo a autora, essas discussões possibilitaram inferir que estamos sob a égide de um Estado avaliador e que, tanto o IDEB quanto o SAEB, são subsídios de regulação do Estado para a educação pública.

Considerando os contextos dos artigos, podemos afirmar que os trabalhos selecionados abordam as avaliações externas na educação básica no Brasil, e o papel do Estado como agente regulador dessas políticas públicas.

Barretto (2001) debate em sua pesquisa a questão do poder da avaliação escolar e sua função social, reiterando a necessidade de analisar as medições presentes no ato de avaliar. Enfatiza o modelo de avaliação qualitativa, que valoriza o processo de aprendizagem e concentra-se na avaliação feita pela escola e por seus educadores; a autora aponta que o modelo regulador leva em consideração indicadores quantitativos.

O artigo de Freitas (2005), aponta para um conceito contrário a regulação que é associada a lógica da privatização; o autor propõe a contra-regulação e a qualidade negociada, fazendo críticas a ideia da privatização do serviço público. Propõe a avaliação institucional, juntamente com um sistema de monitoramento de desempenho dos estudantes, criando condições necessárias para mobilizar a comunidade escolar na construção da qualidade educacional.

Chirinéa; Brandão (2015) discorrem sobre a qualidade educacional e as estratégias de avaliar os processos de avaliações de larga escala, apresentando a definição e a função do SAEB e do IDEB. Ressaltam que essas políticas de regulação exercem certa pressão nos sistemas e nas escolas por utilizarem

mecanismos que associam a lógica quantitativa, através de méritos e *rankings*, à qualidade.

As pesquisas de Yannoulas; Souza; Assis (2009) e Chirinéa (2017) discutem o papel das políticas públicas educacionais, enfatizando o papel do Estado como o avaliador dessas políticas públicas, evidenciando o gerencialismo adotado pelo poder público.

Nota-se nas pesquisas, o uso constante das contribuições de João Barroso e Almerindo Janela Afonso. Enfatizam a avaliação externa como um mecanismo de regulação e como um termômetro de qualidade educacional.

5. Considerações Finais

A revisão sistemática evidenciou que o processo de regulação da educação básica tem sido fortemente conduzido pelos resultados das avaliações externas, como o IDEB, em nível nacional, e o IDESP, em âmbito estadual ressaltando o papel central desses índices de desempenho na definição das políticas educacionais. Esse modelo de regulação utiliza os resultados dessas avaliações externas, para responsabilizar os profissionais da educação, em especial, o diretor escolar.

O estudo também apontou que o processo de regulação, realizado pelo Estado, incide em políticas públicas da educação básica que demonstram as intenções deste em relação à educação – neste caso, o resultado das avaliações externas indica a qualidade (ou não) da educação.

Os trabalhos acadêmicos selecionados investigam as ações reguladoras do Estado, enfatizando os resultados quantitativos, estabelecimentos de metas e ranqueamentos de escolas e sistemas etc. Essas políticas públicas voltadas às avaliações externas deveriam subsidiar as escolas nos processos de ensino e aprendizagem, promovendo o acompanhamento e a evolução do desempenho dos estudantes, incidindo na qualidade do ensino ministrado pela escola.

Ao final deste estudo foi possível considerar que as avaliações externas e os indicadores educacionais (IDEB e IDESP) deveriam corroborar para a melhoria da aprendizagem dos estudantes, e ainda auxiliar a prática de gestores e professores. Desse modo, nota-se a necessidade de ampliar os debates acerca das avaliações externas, indicadores e qualidade educacional, numa perspectiva de buscar novos caminhos.

Conclui-se que a regulação educacional moldada por interesses externos e lógicas de mercado, compromete a função social da escola pública, subordinando a qualidade educacional à busca por resultados numéricos.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação educacional: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas contemporâneas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.



AZEVEDO, Jose Clovis de. Educação pública: o desafio da qualidade. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 60, p. 7-26, 2007.

BARRETTO, Elba Siqueira de Sá. A avaliação na educação básica entre dois modelos. **Educação & Sociedade**, v. 22, n. 75, p. 48-66, 2001.

BARROSO, João. Les nouveaux modes de régulation des politiques éducatives en Europe: de la régulation du système à un système de régulations. In: DUTERCQ, Y. (Dir.). **Les régulations des politiques d'éducation**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, p. 151-171, 2005.

BECKER, Rosa Fernanda da. Avaliação educacional em larga escala: a experiência brasileira. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 53, n. 1, p. 1-10, 2010.

CHIRINÉA, Andréia Melanda. Mecanismos de regulação para a educação no Brasil: contribuições para o debate. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 12, n. 01, p. 168-189, jan./mar. 2017.

CHIRINÉA, Andréia Melanda; BRANDÃO, Carlos da Fonseca. O IDEB como política de regulação do Estado e legitimação da qualidade: em busca de significados. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 23, n. 87, p. 461-484, 2015.

COELHO, Maria Inês de Matos. Vinte anos de avaliação da educação básica no Brasil: aprendizagens e desafios. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 16, n. 59, p. 229-258, abr./jun. 2008.

FREITAS, Luiz Carlos de. Qualidade Negociada: Avaliação e Contra-Regulação na Escola Pública. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 92, p. 911-933, out. 2005.

INEP. **SAEB 2001**: novas perspectivas. Brasília: INEP, 2001.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil**: conceitos, fonte de dados e aplicações. Campinas: Alínea, 2001.

LIMA, Licínio Carlos. **A escola como organização educativa**: uma abordagem sociológica. São Paulo: Cortez, 2008.

MONTEIRO, Jorge. Viana. **Fundamentos da política pública**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1982.

OLIVEIRA, Ana Paula de Matos. **A Prova Brasil como política de regulação da rede pública do Distrito Federal**. 276 f. Dissertação (Mestrado) –



Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SÃO PAULO (Estado). **Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo**. São Paulo, 1996

YANNOULAS, Silvia Cristina; SOUZA, Camila Rosa Fernandes de; ASSIS, Samuel Gabriel. Políticas educacionais e Estado avaliador: uma relação conflitante. **Sociedade em Debate**, v. 15, n. 2, p. 55-67, jul./dez. 2009.

Recebido em: 28 de julho de 2025.
Aceito em: 26 de novembro de 2025.
Publicado em: 05 de janeiro de 2026.